



**Conflito na RDC** - A atual República Democrática do Congo (RDC) foi uma colônia belga entre 1885 e 1960. O país ascendeu à independência rodeada de grande instabilidade, com a região do Katanga a tentar a secessão, apoiada por interesses ocidentais devido à riqueza mineral desta região. [Pag 2](#)

**Evolução da Economia dos PALOP** - No seu relatório anual sobre a Evolução das Economias de PALOP e Timor Leste, o Banco de Portugal fez uma análise da situação económica destes países, destacando a dívida a Portugal e os fluxos de investimento bilateral. [Pag 2/3/4](#)

**Portugal deixa HCB** - A 21 de novembro de 2012, os Ministros da Energia de Moçambique, Salvador Namburete e da Economia e Emprego de Portugal, Álvaro Santos Pereira, acordaram na transferência dos 7.5% que Portugal ainda detinha na Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). Com este acordo, Moçambique viu a sua posição reforçada na HCB em cerca de 92,5%. [Pag 4/5](#)

**Congresso do ANC** - O Congresso Nacional Africano (ANC) realizou, a 16 de dezembro em Mangaung na província de Free State, a 53ª Conferência anual do movimento para eleger uma nova liderança. Jacob Zuma foi candidato à sua própria sucessão. Contra Zuma concorreu o Vice-Presidente Kgalema Motlanthe, o qual contou com o apoio da coligação "Qualquer um, exceto Zuma", que inclui, por exemplo, o ex-líder da juventude do partido (excluído do ANC em abril), Julius Manema. [Pag 5/6](#)

**II Cimeira Portugal-Cabo Verde** - Decorreu, entre os dias 1 e 2 de dezembro de 2012, a II Cimeira Portugal Cabo Verde que teve lugar na cidade cabo-verdiana do Mindelo. O objetivo prioritário desta Cimeira foi o de ambos os países recentrarem a cooperação bilateral na vertente económica e empresarial. [Pag 6/7](#)

**Universidade Virtual Africana** - O objetivo desta Universidade é o de possibilitar o acesso ao ensino superior e à formação pela utilização das tecnologias da informação e comunicação por parte dos estudantes africanos. [Pag 7](#)

**Crise Política em São Tomé e Príncipe** - Na sequência da demissão do Governo de Patrice Trovada, fruto da moção de censura aprovada na Assembleia Nacional a 28 de novembro, São Tomé e Príncipe viu-se mergulhado numa nova crise política. [Pag 7/8](#)

**Principais recetores da APD Portuguesa** - Segundo dados divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE), Moçambique e Cabo Verde foram os principais destinos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa em 2011. [Pag 9](#)

**Ramos Horta na Guiné Bissau** - O Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, designou, em janeiro deste ano, o ex-Presidente timorense José Ramos-Horta como seu representante especial na Guiné-Bissau. [Pag 9](#)

**Conflito na República Centro-Africana** - O atual conflito na República Centro Africana (RCA) tem a sua origem no conflito interno de 2004-2007 e que opôs as forças da União das Forças Democráticas de Unidade (UFDU) às forças governamentais lideradas pelo Presidente François Bozizé. [Pag 10](#)

**França Intervém no Mali** - Face ao agravamento da situação no terreno, fruto do avanço dos rebeldes em direção da capital Bamako, a França decidiu, em janeiro, intervir militarmente no Mali. [Pag 11/12](#)



## Conflito na RDC

■ Luís Castelo Branco

A atual República Democrática do Congo (RDC) foi uma colónia belga entre 1885 e 1960. O país ascendeu à independência rodeado de grande instabilidade, com a região do Katanga a tentar a secessão, apoiada por interesses ocidentais devido à riqueza mineral desta região.

Depois do assassinato de Patrice Lumumba e da intervenção da Nações Unidas no país, o General Mobutu Sese Seko levou a cabo um golpe de estado em 1965 derrubando o Presidente Kasavubu. Mobutu iniciou um longo período de controlo do país, sendo que em 1972 iniciou a zairização do país, passando o país a designar-se por Zaire. Na lógica da Guerra Fria, Mobutu alinhou com o ocidente, o que lhe permitia estar protegido das críticas em relação ao seu regime e ao modo ditatorial como geria os destinos do país. As riquezas minerais e o envolvimento de empresas ocidentais na sua exploração, ajudaram a fortalecer o poder de Mobutu.

Com o fim da Guerra Fria, Mobutu perdeu os seus aliados e as críticas ao regime começaram a subir de tom. O genocídio no Ruanda foi outro factor que veio a pôr em causa o regime de Mobutu. Após a entrada no Ruanda das forças tutsis lideradas por Paul Kagamé, milhares de hútus, associados ao genocídio, refugiaram-se no Zaire. Esses hútus aliaram-se ao exército zairense contra os tutsis que viviam neste país, conhecidos por tutsis bayamulenges. Face a esta situação, o Ruanda passou a apoiar o confronto no Zaire com o duplo objetivo de ajudar os seus irmãos tutsis e enfraquecer o regime de Mobutu.

Em 1996, muito debilitado pela doença, Mobutu começou a perder o controlo do país para a Aliança das Forças Democráticas do Congo, apoiada pelo Ruanda, Uganda e Angola e com o apoio financeiro dos grandes lóbis internacionais da indústria mineira. A 17 de maio 1997 o líder dos rebeldes, Laurent Kabila entrou em Kinshasa e proclamou-se Presidente do país, entretanto rebatizado de República Democrática do Congo (RDC).

Em 1998, o país voltou a entrar em guerra, com o Ruanda e o Uganda a apoiarem os rebeldes, liderados por Jean Pierre Bemba do Movimento de Libertação do Congo. Incapaz de sustentar os ataques dos rebeldes, Laurent Kabila pediu apoio a Angola, Zimbabwe, Namíbia e Chade, o que provocou a primeira guerra inter-africana. A paz só foi alcançada em 2002.

O acordo de paz permitiu que o país inicia-se a sua reconstrução, com Joseph Kabila à frente do país após ao assassinato do seu pai. Este período permitiu a organização das primeiras eleições gerais em 2006, que deram a vitória a Kabila contra Bemba, iniciando-se aquilo que ficou conhecido como a III República.

Apesar da nova era, as províncias do Kivu Norte e do Kivu Sul continuaram instáveis devido à presença de rebeldes ruandeses e às incursões do exército do Ruanda para os combater.

A 23 de março de 2012, o General congolês, Bosco Ntaganda, desertou do exército levando consigo centenas de soldados tutsis. Ntaganda, é um aliado do Ruanda, que, para além, de ajudar o exército ruandês a combater os rebeldes, aproveita para explorar as riquezas naturais do Kivu. Esta deserção levou à criação do chamado grupo M23.

Desde maio de 2012 que se reacenderam os combates entre as forças governamentais e os rebeldes do grupo M23 na região do Kivu Norte. Esta região faz fronteira com o Ruanda e com o Uganda, dois países que são acusados por Kinshasa de apoiar os rebeldes.

## Evolução das Economias dos PALOP

No seu relatório anual sobre a Evolução das Economias de PALOP e Timor Leste, o Banco de Portugal fez uma análise da situação económica destes países, destacando a dívida a Portugal e os fluxos de investimento bilateral<sup>1</sup>.

No contexto africano, **Angola** tem sido um dos países que tem registado maior crescimento económico, tendência que se deverá manter nos próximos anos. O programa de ajustamento macroeconómico

<sup>1</sup> Banco de Portugal (2012): **Evolução da Economia dos PALOP e Timor Leste**.

<http://www.bportugal.pt/ptPT/PublicacoesIntervencoes/Banco/Cooperacao/Paginas/EvolucaoDasEconomiasdosPALOPeTL>



estabelecido em finais de 2009 com o FMI, o qual envolveu 1.4 mil milhões de USD, o maior montante alguma vez disponibilizado por esta organização a um país da África subsariana, foi concluído com sucesso em fevereiro de 2012. Com a conclusão deste programa, ficaram ultrapassados os desequilíbrios orçamentais e externos, decorrentes, em grande parte da crise internacional, que provocaram uma crise interna de liquidez. A conclusão do Programa do FMI foi bem-sucedida por um lado, devido à gestão nacional e por outro devido ao aumento das receitas petrolíferas, uma vez que os preços do crude têm vindo a subir desde 2009.

Em relação a Cabo Verde os efeitos da crise internacional têm-se vindo a sentir com forte incidência, o que é natural atendendo à grande exposição deste país aos principais países e regiões afetadas pela crise, onde se destacam os países da União Europeia.

A crise tem provocado uma forte diminuição dos fluxos da ajuda externa e de investimentos diretos externos. Apesar disto, a dinâmica do investimento interno tem vindo a contribuir, paralelamente com o bom desempenho do sector do turismo, para a manutenção do crescimento económico que se situou em 5% em 2011 e 4,3% em 2012.

A situação económica na Guiné Bissau ficou marcada por uma grande instabilidade política fruto do golpe de estado de 12 de abril de 2012. Este golpe veio interromper um período de alguma estabilidade que o país tinha conhecido tempos. Essa estabilidade tinha permitido ao país recuperar alguma credibilidade internacional e uma melhoria na gestão das finanças públicas bem como o acesso à *Multilateral Debt Relief Initiative* no âmbito do FMI e do Banco Mundial, a qual permitiu a redução substancial da dívida externa guineense.

Embora estivesse previsto um crescimento de 2.5% para 2012, o impacto do golpe de estado veio a pôr em causa este valor. Por outro lado, a economia do país também se ressentiu da suspensão dos programas de ajuda externa dos principais parceiros do país.

A situação moçambicana manteve um bom desempenho em 2011, apesar da crise internacional. O ritmo de crescimento manteve-se acima dos 7%, semelhante ao que tem sido na última década. O cenário económico em Moçambique mostra-se risonho fruto das descobertas de importantes reservas de gás natural e de diversos

minerais. Estas descobertas deixam antever importantes entradas de fundos para o Estado, o que lhe permitirá diminuir a dependência face aos fundos externos.

Em relação a São Tomé e Príncipe (STP) o país continua a ter que enfrentar as tradicionais fragilidades macroeconómicas e estruturais, as quais continuam a ser o principal desafio que as autoridades nacionais têm pela frente. Apesar destas limitações, o país tem conhecido alguns desenvolvimentos fruto de uma estratégia central de desenvolvimento – A Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (ENRP) 2012-2016. Esta Estratégia tem tido o apoio de instrumentos importantes como o novo programa de ajustamento apoiado pelo FMI, o Acordo de Cooperação Económica (ACE) assinado com Portugal e pelo qual visa reforçar a estabilidade macroeconómica e financeira de STP. O ACE estabelece uma base jurídica para a cooperação nos domínios económico e financeiro, define as condições através das quais as partes constituem um enquadramento institucional e operacional, com vista a apoiar a intenção das autoridades santomenses de optarem por um regime cambial assente no Euro como âncora fixa da Dobra são-tomense.

Num outro capítulo do relatório é abordada a questão da dívida oficial dos PALOP a Portugal. Esta dívida aumentou, em 2011, 34% face a 2010, atingindo 3.215 milhões de USD (2.516 milhões de euros)<sup>2</sup>.

O relatório refere que a dívida direta e a dívida a médio e longo prazo garantida pelo Estado – tem vindo a aumentar desde 2004 e em 2011 cresceu três vezes mais do que em 2010.

No conjunto dos PALOP, Angola mantém-se como o principal devedor a Portugal, representando a dívida angolana, que ascende a 1.608 milhões de USD (1.258 milhões de euros), 50% do total dos cinco Estados.

A dívida que mais aumentou entre os cinco PALOP foi a moçambicana, que duplicou em relação a 2010, para 1.063 milhões de dólares (832 milhões de euros), devido à utilização de linhas de crédito concessionais acordadas com Portugal em 2008 e 2009 para financiamento de projetos de investimento em infraestruturas e do forte incremento do

---

<sup>2</sup> Banco de Portugal (2012): *Evolução da Economia dos PALOP e Timor Leste*, pp. 147-149.



volume de exportações com garantias do Estado no ano passado.

A dívida de **Cabo Verde** a Portugal manteve a trajetória de crescimento, tendo registado um importante aumento em 2011, elevando-se aos 355 milhões de USD, o que representou um aumento de 32%. Tal como em 2010, tal crescimento ficou a dever-se a novos desembolsos para financiamento de infraestruturas rodoviárias, e também da dívida garantida, com a utilização de linhas de crédito para projetos de infraestruturas portuárias, nas áreas das energias renováveis e ambiente e para a habitação social.

Tal como sucedeu em anos anteriores, em 2011 voltou a não se registar qualquer desembolso ou amortização da dívida oficial da **Guiné Bissau** a Portugal. Em finais de 2011, a dívida oficial a Portugal situava-se nos 125 milhões de USD.

A dívida de **São Tomé e Príncipe** a Portugal conheceu em 2011, tal como como no ano anterior, um novo aumento, em cerca de 15 milhões de USD, devido a novos desembolsos ao abrigo da linha de crédito concessional, assinada em 2009, para o financiamento de infraestruturas rodoviárias e de rede de distribuição de energia. Em finais de 2011, a dívida oficial a Portugal situava-se nos 64 milhões de USD.

O investimento direto de Portugal nos PALOP manteve a trajetória de diminuição que tem vindo a registar desde 2009. O volume do investimento direto português nos PALOP registou, em 2011, 345 milhões de euros, o que representou uma diminuição de 58% face a 2010. Este valor representou 2.2% do total do investimento direto de Portugal no exterior, quando em 2010 foi de 8.4%.

Em termos geográficos, o investimento centrou-se, sobretudo, em Angola (71% com 246 milhões de euros), seguido por Moçambique (22% com 75 milhões de euros) e Cabo Verde (5% com 17 milhões de euros). Por sectores de destino destacam-se a construção (41%), comércio (32%) e atividades financeiras (22%). O desinvestimento português nos PALOP deveu-se sobretudo à diminuição da atividade na área da construção.

No contexto dos PALOP, o investimento português apenas aumentou em São Tomé e Príncipe chegando aos 6 milhões de euros. Para a Guiné Bissau apenas foram canalizados apenas 200 mil euros.

Em contrapartida, o investimento direto dos PALOP em Portugal re-

gistou um aumento em 2011, atingindo 79 milhões de euros, o que representa um aumento de 75% face a 2010. Este investimento é oriundo, sobretudo, de Angola, que representou 89% deste investimento e foi principalmente canalizado para as atividades imobiliárias, construção e intermediação monetária.

## Portugal deixa HCB

A 21 de novembro de 2012, os Ministros da Energia de Moçambique, Salvador Namburete e da Economia e Emprego de Portugal, Álvaro Santos Pereira, acordaram na transferência dos 7.5% que Portugal ainda detinha na Hidroelétrica de Cahora Bassa (HCB). Com este acordo, Moçambique viu a sua posição reforçada na HCB em cerca de 92,5 %.

Até à assinatura deste acordo, a HCB era detida em 85% pelo Estado moçambicano, 7,5% por Portugal e os restantes 7,5% pela REN. Não foram anunciados os valores pagos pelo Estado moçambicano, mas sabe-se que decorrem atualmente negociações para a aquisição dentro dos próximos tempos pelo Estado moçambicano dos 7,5% agora detidos pela REN.

A estratégia da atual direção da HCB para os próximos anos passa pela promoção de uma interação com diferentes investidores identificar modelos de parceria e formas mais apropriadas de contribuir para a viabilização de empreendimentos energéticos estruturantes. Esta ideia vai ao encontro daquilo que foi referido pelo Presidente da República, Armando Guebuza, o qual defendeu que a HCB tem o desafio de participar mais ativamente na promoção de novos projetos de produção e transporte de energia.

Desde a reversão da HCB para o Estado moçambicano, no dia 27 de novembro de 2007, o volume de energia alocada por aquela infraestrutura estratégica para responder as necessidades do desenvolvimento do país teve um incremento superior a 40%, o que concorreu para que a potência contratada pela empresa Eletricidade de Moçambique (EDM), passasse de 300 para 500 gigawatts. Este aumento da



## Congresso do ANC

atividade fez com que a HCB passasse a ser um dos principais contribuintes individuais para a receita do Estado.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) da HCB, Paulo Muxanga, afirmou que a empresa apresenta-se com uma estrutura sólida e consolidada, tendo registado avanços significativos nas suas diferentes vertentes estratégicas.

No âmbito da modernização, segundo Muxanga, a HCB desenvolveu vários instrumentos que visam conferir estabilidade às decisões estratégicas e consolidar as melhores práticas de governação corporativa. O PCA da HCB disse ainda que os níveis de produção de energia eléctrica pela sua empresa, já ascendem a 96,7% da capacidade instalada.

Para os próximos 10 anos, a HCB tem um programa de investimentos o qual permitirá, entre outros aspectos, a renovação gradual dos transformadores e elevadores da central de produção de energia, a reabilitação e automatização dos descarregadores da barragem que decorre do crescente estado de degradação destes equipamentos.



O Congresso Nacional Africano (ANC) realizou, a 16 de dezembro em Mangaung na província de Free State, a 53ª Conferência anual do movimento para eleger uma nova liderança. Jacob Zuma foi candidato à sua própria sucessão. Contra Zuma concorreu o Vice-Presidente Kgalema Motlanthe, o qual contou com o apoio da coligação "Qualquer um, exceto Zuma", que inclui, por exemplo, o ex-líder da juventude do partido (excluído do ANC em abril), Julius Manema.

Apesar de impopular por causa de vários escândalos, o último prendeu-se precisamente com os custos da renovação da sua casa em Nkandla, Zuma pretendia continuar à frente do Congresso Nacional Africano. A grande maioria dos analistas e comentadores políticos sul-africanos é muito crítica do trabalho desenvolvido por Zuma à frente do ANC e do Estado desde 2009 e imputam-lhe responsabilidades não só pelo declínio da maior economia africana como também pelo estado de grande instabilidade em que se encontra o partido no poder.

Reflexo disso são as divisões verificadas nas estruturas distritais e provinciais do ANC na fase de nomeações para a liderança, com várias conferências provinciais a terem de ser repetidas na sequência de insultos e confrontos físicos entre delegados e a situação inédita de três das seis províncias terem retirado, na prática, o apoio ao Presidente Zuma, optando pelo seu vice, Kgalema Motlanthe, para lhe suceder.

Para muitos apoiantes do ANC, esta conferência também era vista como o momento ideal para que o partido definia com clareza as linhas política e económicas do executivo, para que a governação do ANC satisfizesse as aspirações do seu eleitorado. Esta clarificação e correção do trajeto governativo são necessárias numa crítica clara a Zuma visto como responsável pelos falhanços governativos do seu partido, incompetência e corrupção no aparelho do Estado.

Kgalema Motlanthe, o vice de Mbeki, que o substituiu interinamente em 2008 até à eleição de Zuma, e do próprio atual Presidente, Motlanthe foi, o candidato à Presidência nomeado por três províncias.

O Presidente, Jacob Zuma acabou por ser reeleito líder do ANC por mais cinco anos. Esta vitória abre-lhe as portas para se recandidatar à presidência nas eleições de 2014.

Zuma venceu com a larga margem, 75% dos votos, Kgalema Motlanthe. Esta candidatura e respetiva derrota, implicou uma espécie de suicídio político para Motlanthe, que deixou de ser o "número dois"



na liderança do ANC. Será substituído por Cyril Ramaphosa, um antigo sindicalista, eleito com 76% dos votos e que fica numa boa posição para ascender a Presidente do partido daqui a cinco anos.

Cyril Ramaphosa, conquistou a Vice-Presidência do partido contra outras duas figuras históricas do partido, Matthews Phosa, antigo Tesoureiro da organização, e Tokyo Sexwale, atual Ministro da Habitação.

Cyril Ramaphosa, foi, durante a época de luta contra o apartheid, o Secretário-geral do Sindicato dos Mineiros (NUM). Mais tarde destacou-se como um dos principais negociadores do lado do ANC durante as negociações com o governo de minoria branca de Frederik de Klerk e que terminaram nas eleições gerais de 1994. Ramaphosa aspirou a ser o sucessor de Nelson Mandela à frente dos destinos do país. Porém, a nomeação de Thabo Mbeki como Vice-Presidente de Mandela retiraram-lhe qualquer ilusão de algum dia vir a suceder ao líder histórico do ANC.

Afastado da arena política, Ramaphosa dedicou-se aos negócios onde foi bem-sucedido. Criou uma empresa de investimentos, que detém atualmente forte participação em dezenas de grandes empresas das áreas mineira, financeira e dos meios de comunicação social. Ramaphosa faz parte dos conselhos de administração de muitas empresas nacionais e multinacionais, como a McDonalds e a Coca-Cola.

Kgalema Motlanthe, que não se candidatou à Vice-Presidência do partido, cargo que ocupava desde 2007, foi assim afastado da estrutura de topo do ANC.

A Conferência do ANC reelegeu também Baleka Mbete para o cargo de Coordenadora Nacional. No cargo de Secretário-Geral mantém-se Gwede Mantashe. Jessie Duarte, a veterana ativista que já ocupava o cargo de Secretária-Geral adjunta, manteve a posição que tinha no partido no poder, uma vez que não se apresentaram candidatos ao lugar. O último dos seis mais importantes cargos políticos do ANC, o de Tesoureiro Geral, foi entregue a Zweli Mkhize.

Observadores sul-africanos afirmaram que apesar da vitória, aparentemente confortável, Zuma poderá, a médio prazo, ter grandes dificuldades em manter a unidade e integridade do ANC, dado que o partido evidenciou profundas fissuras em várias províncias, com particular incidência em Gauteng, Limpopo, Noroeste e Cabo Ocidental.

A grande dúvida depois desta Conferência, que terá ainda de definir as grandes linhas político-ideológicas do ANC para os próximos cinco anos, é saber se Zuma manterá Kgalema Motlanthe na Vice-Presidência do país até 2014, a bem da unidade, ou se castigará de imediato a ousadia de Motlanthe concorrer à presidência do partido com uma demissão imediata de número dois do executivo.

## II Cimeira Portugal – Cabo Verde

Decorreu, entre os dias 1 e 2 de dezembro de 2012, a II Cimeira Portugal Cabo Verde que teve lugar na cidade cabo-verdiana do Mindelo. O objetivo prioritário desta Cimeira foi o de ambos os países recen-trarem a cooperação bilateral na vertente económica e empresarial.

De acordo com o Primeiro-Ministro português, apesar de a crise financeira que atinge Portugal, a cooperação bilateral não deixará de existir, embora possa haver a necessidade de limitar este apoio, o qual passará por uma maior aposta nas possibilidades de negócio abertas pela crise para as empresas dos dois países, através das parcerias.

Do lado cabo-verdiano, o Primeiro-Ministro José Maria Neves, afirmou que as relações atingiram um nível de grande cumplicidade, que vai permitir que Portugal invista em áreas que estão no centro da transformação de Cabo Verde: energias renováveis, construção civil, agronegócios, tecnologias da informação e comunicação, ambientem e ainda no domínio do mar.

No final dos trabalhos, as duas delegações assinaram, além da declaração conjunta, a Declaração do Mindelo, sete protocolos e dois acordos, nas áreas económica e financeira, educativa, energética (incluindo renováveis), da administração interna, científica, de investigação científica de saúde, e de segurança social e de defesa (integrando militares cabo-verdianos nas componentes portuguesas de missões de paz).

De realçar a decisão da criação da Escola Portuguesa de Cabo Verde, que terá lugar na Cidade da Praia, uma velha aspiração da cada vez



maior comunidade portuguesa residente no arquipélago, bem como a revitalização das relações económico-empresariais, tendo em conta que, em tempo de crise, devem aproveitar-se as oportunidades em novos mercados - África Ocidental, para Portugal, e Europa, para Cabo Verde.

Os dois governos também acordaram na necessidade de se constituir uma comissão de acompanhamento do Plano Indicativo de Cooperação (PIC), assinado em agosto de 2012, com vigência de quatro anos, para possibilitar uma melhor gestão dos programas e projetos identificados de acordo com as áreas prioritárias.

As partes reiteram ainda o seu empenho na busca construtiva de uma solução viável e inclusiva para a Guiné-Bissau, capaz de permitir a restauração da ordem constitucional e a edificação de um estado de direito que reconduza o povo guineense ao caminho do progresso e do desenvolvimento.

Portugal e Cabo Verde deixaram explícito, nesta matéria, o compromisso de envidar esforços para impulsionar a aproximação entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), promovendo assim uma maior coordenação internacional, em conformidade com as Nações Unidas.



## Universidade Virtual Africana

Seis novos países aderiram ao projeto de Universidade Virtual Africana, a qual tem a sua sede em Nairobi no Quênia. Em novembro, o Benim, Burkina Faso, Gana, Guiné, Níger e Sudão do Sul, tornaram-se membros da organização intergovernamental pan-africana, a qual foi fundada em 1997. O objetivo desta Universidade é o de possibilitar o acesso ao ensino superior e à formação pela utilização das tecnologias da informação e comunicação por parte dos estudantes africanos.

## Crise Política em São Tomé e Príncipe

Na sequência da demissão do Governo de Patrice Trovada, fruto da moção de censura aprovada na Assembleia Nacional a 28 de novembro, São Tomé e Príncipe viu-se mergulhado numa nova crise política.

A crise iniciou-se quando os partidos da oposição, composta pelo MLSTP/PSD, PCD e MDFM-PL, num total de 29 deputados, aprovaram a Moção de Censura do dia 28 de novembro, o que levou a que o Presidente da República a, de acordo a Constituição São-tomense, a exonerar o Governo da ADI.

Seguindo os trâmites normais, o Presidente Pinto da Costa, chamou a ADI, enquanto partido vencedor das eleições de 2010, para apresentar um novo nome para Primeiro-ministro. No entanto, o partido insistiu no nome de Patrice Trovada, o que levou a que o Presidente a virar-se para o MLSTP-PSD enquanto segundo partido mais votado nas últimas eleições presidenciais.

A moção de censura apresentada pela oposição deveu-se ao facto do Governo de Patrice Trovada não ter respeitado as alterações orçamentais que tinham possibilitado a aprovação do orçamento de estado. Segundo a oposição, essas alterações visavam canalizar recursos financeiros para determinadas áreas, nomeadamente compra de materiais agrícolas, medicamentos para os hospitais, no apoio às pessoas com deficiência, aos portadores de doenças transmissíveis; na subvenção dos custos com bilhetes de passagem aérea dos santo-



menses residentes na Região Autónoma do Príncipe; na aquisição de viaturas escolares para os alunos de Porto Alegre e Santa Catarina e na construção e reabilitação de algumas infraestruturas desportivas e rodoviárias<sup>3</sup>.

Estas alterações assentavam na diminuição das despesas de viagens ao exterior (despesas correntes) e de algumas despesas constantes na rubrica "despesas de investimentos". Para a oposição, o Governo, não obstante ter um orçamento aprovado pela Assembleia Nacional, terá ignorado essas alterações orçamentais aprovadas pela Assembleia Nacional e executou um orçamento completamente à margem das dotações orçamentais.

A 10 de dezembro, o MLSTP-PSD apresentou o nome de Gabriel Arcanjo Ferreira da Costa, o qual foi indigitado pelo Presidente da República Manuel Pinto da Costa, como Primeiro-ministro do XV Governo Constitucional. O novo governo juntou membros de três partidos. MLSTP-PSD; PCD e MDFM-PL.

Gabriel da Costa já desempenhou vários cargos governativos, entre eles, Primeiro-ministro, Ministro da Justiça e Embaixador de São Tomé e Príncipe em Portugal. Até ser nomeado novamente Primeiro-Ministro, Gabriel da Costa era bastonário da Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe. Gabriel da Costa foi militante e membro fundador do partido ADI. Convulsões internas na ADI forçaram o seu afastamento e de outros dissidentes que acabaram por criar o partido UDD, sem assento parlamentar.

Sob a tutela de Gabriel da Costa, o novo governo conta com 10 pastas ministeriais, juntando novos quadros a membros mais experientes. Do lado dos veteranos destacam-se Tenente Coronel Óscar Sousa, o qual foi novamente nomeado Ministro da Defesa e Ordem Interna. Óscar de Sousa já tinha ocupado esta pasta em governos anteriores e também foi Ministro da Agricultura durante o período de partido único. Atualmente é membro do MDFM-PL, partido associado ao anterior Presidente da República, Fradique de Menezes.

Outro regresso é o de Jorge Bom Jesus que volta a desempenhar o cargo de Ministro da Educação e Cultura. Com um longo percurso nestas áreas, Bom Jesus deixou boas recordações na última vez que ocupou este cargo. Doutorada em história, curso feito em França. Foi Secretária Geral da Comissão Nacional da Unesco, durante 2 anos.

Natália Pedro da Costa Umbelina Neto, é a nova Ministra dos Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades. Natural da ilha do Príncipe, Natália Umbelina, desempenhou até ser nomeada para o governo, o cargo de Secretária do Governo Regional da ilha do Príncipe para Assuntos Sociais.

Ministro do Plano e Finanças, é Hélio Silva Vaz d'Almeida. Um jovem quadro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, formado em economia, e ligado ao MLSTP/PSD.

Para dirigir o amplo sector das Obras Públicas, Infraestruturas, Recursos Naturais e Meio Ambiente, foi escolhido Osvaldo Cravid Viegas d'Abreu. Engenheiro do sector petroquímico, Cravid Viegas trabalhou na agência nacional de petróleo e é militante do MLSTP/PSD.

António Álvaro da Graça Dias, é o novo Ministro da Agricultura Pescas e Desenvolvimento Rural. António Dias, foi o um dos grandes impulsionadores da Cooperativa de Exportação do Cacau Biológico. É militante do PCD.

O novo governo criou a pasta do Comércio Indústria e Turismo. Demóstenes Vasconcelos Pires dos Santos, economista é o novo ministro. Milita no PCD.

A Ministra da Justiça, Administração Pública e Assuntos Parlamentares, é a jurista Edite Ramos da Costa Tenjua. Figura ligada ao MLSTP/PSD.

Leonel Pinto d'Assunção Pontes, médico delegado da área de saúde do distrito de Mé-Zochi, é o novo Ministro da Saúde e Assuntos Sociais. É indicado como sendo militante do MDFM-PL.

O novo Ministro da Juventude e Desporto é Albertino Francisco Boa Morte. Quadro da empresa de telecomunicações CST, Mestre em Tecnologias de Comunicação, e licenciado em Matemática Informatizada. É militante do PCD.

<sup>3</sup> Moção de Censura ao XIV Governo Constitucional de São Tomé e Príncipe, Assembleia Nacional de STP 21 novembro 2012

## Principais Recetores da APD Portuguesa

Segundo dados divulgados pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE)<sup>4</sup>, Moçambique e Cabo Verde foram os principais destinos da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) portuguesa em 2011.

De acordo com os números finais sobre a APD dos membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, os dois países receberam, em 2011, de Portugal, respetivamente, 170 e 179 milhões de dólares num total de 708 milhões de dólares (509 milhões de euros) de APD líquida portuguesa.

De 2010 para 2011, a APD de Portugal cresceu 59 milhões de dólares (9%), tendo passado de 0,29% para 0,31% do Rendimento Nacional Bruto, contrariando o movimento registado pelos principais doadores que viram a ajuda aos países em desenvolvimento cair cerca de 3% em 2011.

Na lista dos mais receptores de APD portuguesa, e depois de Moçambique e Cabo Verde, seguem-se Timor-Leste com 31 milhões de USD, São Tomé e Príncipe (27 milhões de USD), Angola (18 milhões USD), Guiné-Bissau (15 milhões USD), Brasil (8 milhões de USD), Afeganistão, Sérvia (6 milhões de USD cada país) e China (3 milhões de USD).

Ao nível das regiões, a África ao Sul do Sara foi a que recebeu a maior parte da APD de Portugal com cerca de 385 milhões de USD.



## Ramos Horta na Guiné Bissau

O Secretário-geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, designou, em janeiro deste ano, o ex-Presidente timorense José Ramos-Horta como seu representante especial na Guiné-Bissau.

Ramos-Horta vai para a Guiné Bissau num momento particularmente difícil para este país. Para além da instabilidade política que o país vive, fruto do golpe de estado de 12 de abril de 2012, a Guiné Bissau é considerada uma plataforma para o tráfico de droga. Diversas agências da ONU e outras organizações já lançaram avisos sobre como o tráfico de droga está a utilizar a Guiné-Bissau e controla a situação política.

Ban Ki-moon afirmou-o também, em dezembro passado, de forma clara, quando foi apresentado um relatório no Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre aquele país da África Ocidental, que o tráfico de droga aumentou muito desde o golpe de Estado de 12 de Abril liderado pelo agora chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (EMGFA), General António Indjai, e faz-se com a cumplicidade das chefias militares e da elite política.

Ramos Horta vai liderar a missão da *United Nations Integrated Peacebuilding Office in Guinea-Bissau* (UNIOGBIS) sucedendo no cargo ao diplomata ruandês Joseph Mutaboba, que terminou o seu mandato a 31 de janeiro. A UNIOGBIS foi criada pelo Conselho de Segurança da ONU em 2009, tendo sido sucessivamente renovado por períodos de um ano em 2011 e 2012. O objetivo da UNIOGBIS é o de apoiar os esforços de paz no país, apoiando as autoridades nacionais no fortalecimento dos sistemas judiciais, policiais e de promoção do estado de direito.

A substituição de Mutaboba era, há muito, reclamada pelas autoridades guineenses, que o consideravam favorável aos governantes derubados em Abril: o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior e o Presidente interino Raimundo Pereira.

Para além de ter exercido o cargo de Presidente de Timor Leste entre 2007 e 2012, José Ramos-Horta exerceu antes os cargos de Ministro dos Negócios Estrangeiros e de Primeiro-Ministro. A experiência diplomática de Ramos Horta e o facto de ser um lusófono jogam a seu favor, no entanto a situação na Guiné Bissau permanece muito confusa.

<sup>4</sup> <http://www.oecd.org/dac/aidstatistics/Final2011ODA.htm>



## Conflito na República Centro-Africana

O atual conflito na República Centro Africana (RCA) tem a sua origem no conflito interno de 2004-2007 e que opôs as forças da União das Forças Democráticas de Unidade (UFDU) às forças governamentais lideradas pelo Presidente François Bozizé. Durante esse conflito, os rebeldes juntaram-se a outros grupos, nomeadamente a Convenção de Patriotas pela Justiça e Paz (CPJP). Após vários anos de conflito foi finalmente alcançada a paz através de um acordo assinado a 13 de abril de 2007. Através deste Acordo, ficou estabelecido que seria concedida uma amnistia aos guerrilheiros do UFDR, que se transformava em partido político. Fruto deste Acordo, realizaram-se eleições locais, parlamentares e presidenciais.

Em agosto de 2012, a violência voltou ao país quando o CPJP, liderado por Hassan Al-Habib, lançou ataques a várias cidades do país, nomeadamente em Sibut, Damara e Dekoa. O argumento para esta ofensiva foi o de que o Presidente Bozizé não respeitou os acordos de paz e que marginalizava os elementos do CPJP que tinham sido integrados no exército nacional.

As forças rebeldes uniram-se à volta da coligação Seleka, que significa aliança na língua sango. Para além das forças do CPJP, a coligação passou também a integrar membros de outros grupos, nomeadamente da UDFU.

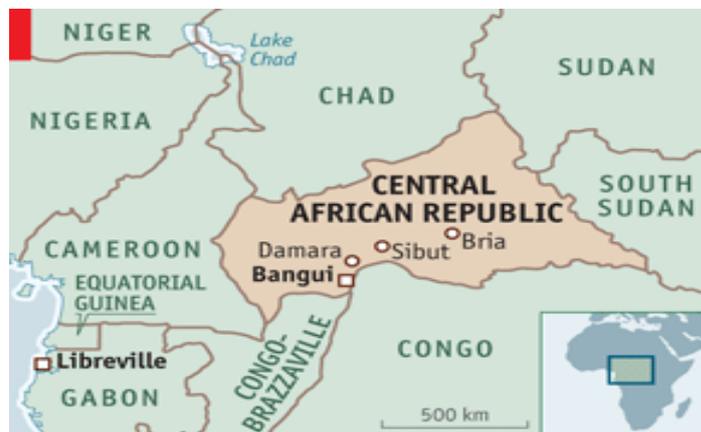
O avanço militar rebelde foi muito rápido e, em inícios de janeiro de 2013, já controlavam diversas cidades da RCA, chegando mesmo a avançar sobre a capital. Face a este avanço, o Presidente Bozizé apelou ao apoio da França e dos EUA para tentar inverter a situação. No caso francês, as autoridades de Bangui pretendiam o envolvimento direto militar francês, uma vez que a França possui 600 militares da Legião francesa na RCA. Um eventual envolvimento militar francês iria contrariar a posição oficial do Presidente Hollande que tinha manifestado, durante a Cimeira da Organização Internacional da Francofonia, que teve lugar em outubro de 2012 em Kinshasa, da França deixar de agir unilateralmente nas questões africanas. A França manifestou apenas a sua disponibilidade para servir de mediador neste conflito.

Para garantir a segurança da capital, o Presidente Bozizé contava com o apoio de uma força militar, a Força Multinacional da África Central (FOMAC), da Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC) mas que não tinha meios para alargar a sua atuação a outras áreas do país. A FOMAC é uma força multinacional criada

em 2008 com o objetivo de ajudar a consolidar a paz em um país assolado por anos de guerras civis e muitas rebeliões.

Para tentar travar o avanço rebelde, o Presidente Bozizé mostrou-se disponível para formar um governo de unidade nacional que incluísse membros da Seleka. Os rebeldes aceitaram esta proposta desde que o governo de unidade nacional a criar excluísse o atual Presidente François Bozizé.

Mapa da República Centro-Africana



Fonte: The Economist

Face à ofensiva rebelde, vários países da região, nomeadamente os Chade, o Gabão, os Camarões e o Congo-Brazzaville concordaram em reforçar os contingentes da FOMAC. O aumento das forças da FOMAC permitiu reforçar o efetivo no terreno e assegurar a defesa da capital contra ataques dos rebeldes. O Chade tem sido um forte apoiante do Presidente Bozizé, tendo apoiado o atual Presidente com a presença permanente de uma companhia de 90 soldados de uma unidade especial que têm servido de guarda pessoal.





## França Intervém no Mali

Face ao agravamento da situação no terreno, fruto do avanço dos rebeldes em direção da capital Bamako, a França decidiu, em janeiro, intervir militarmente no Mali. Se, inicialmente, parecia que os rebeldes islâmicos apenas pretendiam criar o Estado islâmico de Azawad no norte do país, objetivo alcançado em maio do ano passado, a situação inverteu-se face aos avanços militares mais recentes. Desde meados do ano passado, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) anda a discutir o modo de intervir no Mali em apoio ao governo central. Este apoio passaria pelo envio de forças militares destinadas, por um lado, a apoiar o exército do Mali e, por outro, com o objetivo de enfrentar a rebelião a norte. A situação tornou-se urgente face à eminência de um ataque à capital.

Foi perante este cenário que a França decidiu intervir diretamente neste conflito respondendo a um apelo desesperado do Presidente do Mali, Dioundou Traoré. Este apelo veio demonstrar a incapacidade do exército maliano de travar o avanço dos rebeldes, situação que se tornou mais evidente perante a conquista da cidade de Konna, uma posição estratégica no centro do país e que serve de porta de entrada para o sul do Mali, pelos rebeldes.

A intervenção francesa, denominada operação Serval, também visa proteger os mais de 6.000 cidadãos franceses que residem no Mali. Para além dos interesses franceses, esta intervenção também vem ao encontro dos interesses dos países da região e dos próprios países europeus, uma vez que se pretende travar a constituição de um estado fundamentalista islâmico muito perto da Europa. Refira-se que a rapidez da decisão francesa de intervir contrasta enorme com a lentidão do processo de decisão quer da CEDEAO, a quem o regime maliano já tinha pedido ajuda à mais de um ano, e da União Europeia incapaz de operacionalizar rapidamente o apoio anunciado ao regime de Bamako.

O curioso desta decisão do Presidente François Hollande foi o facto de, em outubro passado, na Cimeira da Francofonia realizada em Kinshasa ter dito que a França adoptaria uma nova política no seu relacionamento com África. Durante muito tempo, o relacionamento francês com as suas antigas colónias africanas baseou-se no conceito da *Franceafrique*, o que significava um relacionamento muito próximo. A origem da *Franceafrique* está nos acordos de cooperação que foram elaborados entre a França e os governos dos países africanos francófonos, os quais garantiram a Paris a manutenção

de sólidos laços culturais e económicos com as suas ex-colónias, apoiadas em estruturas político e militares.

A intervenção francesa iniciou-se a 11 de janeiro com bombardeamentos da força área francesa à zona de Diabali, reduto dos rebeldes do Ansar Dine, movimento ligado ao ramo magrebino da Al-Qaeda (AQMI) e do Movimento para a Unicidade da Jihad na África (MUJAO) a 400 kms da capital. Num segundo momento, começaram a chegar tropas ao Mali oriundas dos contingentes franceses no Chade e no Burkina Faso. As intenções francesas são as de deslocar cerca de 2.500 soldados para o Mali de modo a garantir a sobrevivência do regime até à chegada de um contingente militar africano que deverá contar com forças da Nigéria, Chade, Togo, Benim e Senegal. Significativo é o envolvimento do Chade que, a pedido da França, enviará para o Mali cerca de 2 mil homens.

O contingente militar francês foi reforçado com o envio de 40 blindados franceses que chegaram a Bamako oriundos da base militar francesa na Costa do Marfim. Pela frente, os franceses têm forças que dispõem de um moderno arsenal, oriundo do conflito na Líbia, e que têm grande experiência de guerra adquirida ao serviço do líder líbio Muammar Khadafi. Face às características geográficas do Mali, a França terá que enfrentar um conflito eminentemente terrestre contra um inimigo que tem grande conhecimento do terreno, nomeadamente do deserto, e que se confunde facilmente com as populações.

Apesar de ter decidido intervir sozinha, a França não descarta o apoio de alguns dos seus aliados. Embora tenha havido um apoio diplomático muito alargado à intervenção francesa, a verdade é que ainda não se traduziu em apoios no terreno. Dos países que manifestaram a intenção de apoio os esforços franceses, destacam-se os EUA, Canadá, Dinamarca e a Bélgica, países que poderão fornecer apoio logístico à intervenção francesa. A União Europeia anunciou a intenção de enviar para o Mali, entre fevereiro e março, uma missão de apoio, a *European Training Mission in Mali* (ETMM), composta por 250 instrutores e 300 militares de apoio, dos quais, metade serão franceses. O objetivo desta missão é o de treinar o mal preparado exército do Mali para reconquistar o norte do país.

A intervenção francesa no Mali despoletou uma série de ameaças dos fundamentalistas islâmicos que ameaçaram ataques ao território

rio francês, o que obrigou o governo de Paris a adoptar especiais medidas de segurança, especialmente nas grandes cidades.

O conflito no Mali já provocou um enorme fluxo de refugiados. De acordo com dados do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o conflito já provocou 144.500 refugiados do Mali, sendo que 54.100 estão na Mauritânia, 50.000 no Níger, 38.800 no Burkina Faso e 1.500 na Argélia.

Por outro lado, o Programa Alimentar da ONU (PAM) referiu que mais de meio milhão de malianos abandonou as suas casas, fugindo do conflito que assola o país. De acordo com o PAM, pelo menos, 4,2 milhões de malianos necessitarão de ajuda humanitária em 2013 e, destes, dois milhões necessitam de ajudar alimentar urgente.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA  
Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA  
Rua de Serralves  
191 - 4150-706 Porto  
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11  
E-mail: geral@fportugalafrica.pt  
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica  
Responsáveis pela edição  
J. A. Azeredo Lopes  
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação  
Porta de Comunicação

Tiragem  
500 exemplares

Impressão  
Gutengráfica  
Depósito Legal: 223325/05